

Medida Provisória nº 1079, de 2021

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.

Explicação da Ementa:

Prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback, previstos no art. 31 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e no art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, visando garantir a competitividade internacional das empresas exportadoras brasileiras acometidas pela retração do comércio externo causada pela pandemia da Covid-19.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na forma de Projeto de Lei

Último local: 23/08/2022 - Secretaria de Expediente

Destino: À sanção

Último estado: 09/06/2022 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

10/05/2022

Decisão da Presidência

Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8,

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Plínio Valério (encerrado em 12/05/2022 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

07/05/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A matéria vai ao arquivo.

30/08/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 349, de 29/08/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término de prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no §11 do art. 62 da Constituição Federal, em 20 de agosto de 2022, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrente da Medida Provisória nº 1.079 de 2021, cujo prazo integral de vigência expirou em 8 de junho de 2022, com sua conversão na Lei nº 14.366, de 2022, sancionada no dia 9, do mesmo mês e ano.

22/08/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Em 20-08-2022 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1079, de 2021, cuja vigência encerrou-se em 08-06-2022, com a sanção da Lei nº 14.366, de 2022, publicada em 09-06-2022 (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 25-08-2022).

Publicado no DCN Páginas 6 - DCN nº 32

13/06/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 243, de 13/06/22, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 285, de 2022, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2022, (oriundo da Medida Provisória nº 1.079, de 2021), sancionado e transformado na Lei nº 14.366, de 8 de junho de 2022.

10/06/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhada à publicação a Mensagem nº 285, de 2022, da Presidência da República, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2022 (Medida Provisória nº 1.079, de 14 de dezembro de 2021), sancionado e convertido na Lei nº 14.366, de 8 de junho de 2022.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 17-18 - DSF nº 91

09/06/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Matéria aguardando edição de decreto legislativo (art. 62, § 11, da Constituição Federal e art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN) até 20/08/2022.

09/06/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 14.366 DE 2022.
DOU (Diário Oficial da União) - 09/06/2022 - Seção I - págs. 2 e 3.
Sancionada em 08/06/2022.

19/05/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remetido Ofício CN nº 163, de 19/05/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 56/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 164, de 19/05/22, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

12/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADO O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Ação: (Sessão Deliberativa Extraordinária - Semipresencial realizada em 12/05/2022)
Encaminhado à publicação o PLV 8/2022.

TRAMITAÇÃO

Proferido pelo Senador Plínio Valério o Parecer nº 155/2022-PLN/SF, concluindo pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória; e, no mérito, por sua aprovação nos termos do PLV nº 8/2022.
Discussão encerrada.

Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovado o PLV nº 8/2022, nos termos do parecer.

Ficam prejudicadas a Medida Provisória e demais emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

(Deverá ser observado o prazo para edição de Projeto de Decreto Legislativo - art. 11, § 2º, Resolução nº 1/2002-CN)

Publicado no DSF Páginas 13-18 - DSF nº 70

Publicado no DSF Páginas 42-49 - DSF nº 70

Publicado no DSF Páginas 51-60 - DSF nº 70

12/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Plínio Valério por deliberação da matéria.

12/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a apresentação de destaques às 10h.
Não foram apresentados destaques.

12/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a apresentação de emendas às 8h.
Não foram apresentadas emendas.

12/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Relatório do Senador Plínio Valério, às 7h16.

11/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluída em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial de 12/05/2022.
Poderão ser apresentadas emendas até as 8 horas de 12/05/2022.

10/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Designado Relator de Plenário o Senador Plínio Valério.

05/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

05/05/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS.
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 281/2022/SGM-P.
Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pelo Deputado Carlos Chiodini (MDB/SC).

05/05/2022 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 409/2021, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 1.079/2021 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 5/5/2022 - 9h - 53ª Sessão).
Discussão em turno único.
Designado Relator, Dep. Carlos Chiodini (MDB-SC), para proferir Parecer em Plenário à matéria e às Emendas nºs 1 a 8, pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer proferido em Plenário pelo relator, Dep. Carlos Chiodini (MDB-SC), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.079, de 2021; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.079, de 2021, e das Emendas nos 1, 4, 5 e 7 a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva da inconsistência entre o objeto e o âmbito de aplicação da MPV e sua ementa e seu art. 1º, assim como das Emendas nos 2, 3, 6 e 8, estas últimas consideradas inconstitucionais; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.079, de 2021, e, quanto às Emendas apresentadas perante a Comissão Mista, pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nos 1, 4, 5 e 7; e pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 2, 3, 6 e 8; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.079, de 2021, e das Emendas nºs 4 e 5, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo; e pela rejeição das demais Emendas apresentadas perante a Comissão Mista.
Votação do requerimento da bancada do PT, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão.
Encaminhou a Votação a Dep. Erika Kokay (PT-DF).
Retirado pelo autor.
Encerrada a discussão.
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela inadequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Medida Provisória nº 1.079 de 2021, na forma do Projeto de Lei de Conversão, ressalvado o destaque.
Votação do DTQ 1: PT: Destaque, com vistas à rejeição, do art. 5º da MPV 1079/2021 (REDIRECIONADO PARA ART. 8, I, PLV) (art. 161, I).
Encaminhou a Votação a Dep. Erika Kokay (PT-DF).
Mantido o texto. Sim: 211; não: 49; total: 260.
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Carlos Chiodini (MDB-SC).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 1.079-A/2021) - (PLV 8/2022).

04/05/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

04/05/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Carlos Chiodini (MDB/SC).

03/05/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

27/04/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

TRAMITAÇÃO

26/04/2022 PLEN - Plenário

Ação: Designado Relator, Dep. Carlos Chiodini (MDB-SC)
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

18/03/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 24/05/2022. Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2022.

Publicado no DCN Páginas 1211 - DCN nº 10

18/03/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 11, de 17/03/2022, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 18/03/2022 – Seção 1 – Página 2)

03/02/2022 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/02/2022 PAG 1567

03/02/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

23/12/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebido o Ofício nº 409/2021, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.079, de 2021, que "Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback"
Recebida a Mensagem nº 684/2021, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1079/2021.

23/12/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Ofício CN nº 409, de 23/12/21, encaminhando o processado da presente Medida Provisória ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32.

20/12/2021 CMMPV 1079/2021 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Ação: À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

20/12/2021 CMMPV 1079/2021 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 8 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Deputado Federal Filipe Barros (PSL/PR) 001; Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS) 002; Deputado Federal Paulo Vicente Caleffi (PSD/RS) 003; Deputada Federal Aline Sleutjes (PSL/PR) 004; Deputado Federal Geninho Zuliani (DEM/SP) 005; Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) 006; Senador Weverton (PDT/MA) 007; Deputado Federal Pompeo de Mattos (PDT/RS) 008. As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 23/12/2021.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DCN Páginas 417 - DCN nº 54

15/12/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional**Situação:** MATÉRIA DESPACHADA**Ação:** À COCM para recebimento de emendas.**15/12/2021** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional**Situação:** AGUARDANDO DESPACHO**Ação:** Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 15/12/2021 a 25/03/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 15/12/2021 a 17/12/2021(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 11/03/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 17/12/2021.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

15/12/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação:** Publicada no DOU de 15/12/2021, na página 2, a Medida Provisória 1079/2021.

Publicado no DOU Páginas 2

DOCUMENTOS

MPV 1079/2021

Data: 15/12/2021**Autor:** Presidência da República**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Descrição/Ementa:** Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.

Calendário

Data: 15/12/2021**Autor:** Congresso Nacional**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação Legislativa:** Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 15/12/2021 a 25/03/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 15/12/2021 a 17/12/2021(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 11/03/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da

DOCUMENTOS

Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 17/12/2021.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Avulso inicial da matéria

Data: 15/12/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 15/12/2021, na página 2, a Medida Provisória 1079/2021.

Descrição/Ementa: -

Quadro Comparativo

Data: 15/12/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 15/12/2021, na página 2, a Medida Provisória 1079/2021.

Descrição/Ementa: Comparação entre o texto original e a legislação alterada

Sumário Executivo

Data: 15/12/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 15/12/2021, na página 2, a Medida Provisória 1079/2021.

Descrição/Ementa: Sumário executivo da MPV nº 1079/2021

EMENDA 1 - MPV 1079/2021

Data: 16/12/2021

Autor: Deputado Federal Filipe Barros (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Descrição/Ementa: Suprima-se o artigo 5º da Medida Provisória 1.079, de 2021.

EMENDA 2 - MPV 1079/2021

Data: 16/12/2021

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback

EMENDA 3 - MPV 1079/2021

Data: 16/12/2021

Autor: Deputado Federal Paulo Vicente Caleffi (PSD/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback

EMENDA 4 - MPV 1079/2021

Data: 17/12/2021

Autor: Deputada Federal Aline Sleutjes (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Descrição/Ementa: Emenda Modificativa da Deputada Aline Sleutjes que visa alterar a MPV 1079/2021, que dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.

EMENDA 5 - MPV 1079/2021

Data: 17/12/2021

Autor: Deputado Federal Geninho Zúliani (DEM/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback

EMENDA 6 - MPV 1079/2021

Data: 17/12/2021

Autor: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Descrição/Ementa: EMENDA MP 1079

EMENDA 7 - MPV 1079/2021

Data: 17/12/2021

Autor: Senador Weverton (PDT/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Descrição/Ementa: EMD à MPV 1079, de 2021.

EMENDA 8 - MPV 1079/2021

Data: 17/12/2021

Autor: Deputado Federal Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.

Avulso de emendas

Data: 20/12/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 8 emendas à Medida Provisória, de autoria dos seguintes parlamentares: Deputado Federal Filipe Barros (PSL/PR) 001; Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS) 002; Deputado Federal Paulo Vicente Caleffi (PSD/RS) 003; Deputada Federal Aline Sleutjes (PSL/PR) 004; Deputado Federal Geninho Zúliani (DEM/SP) 005; Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) 006; Senador Weverton (PDT/MA) 007; Deputado Federal Pompeo de Mattos (PDT/RS) 008. As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 23/12/2021.

Descrição/Ementa: Avulso de Emendas da MPV 1079/2021.

DOCUMENTOS

Nota Técnica

Data: 21/12/2021**Autor:** Senado Federal**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 1079, de 2021**Descrição/Ementa:** Nota Técnica da MPV nº 1079/2021

OFCN 409/2021

Data: 23/12/2021**Autor:** Presidente do Congresso Nacional**Local:** Secretaria de Expediente**Ação Legislativa:** Ofício CN nº 409, de 23/12/21, encaminhando o processado da presente Medida Provisória ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32.**Descrição/Ementa:** Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória nº 1.079, de 2021.

Autógrafo aprovado na

Data: 05/05/2022**Autor:** Câmara dos Deputados**Local:** Plenário do Senado Federal**Descrição/Ementa:** Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback; altera as Leis nºs 9.365, de 16 de dezembro de 1996, 13.483, de 21 de setembro de 2017, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 14.060, de 23 de setembro de 2020; e revoga dispositivo da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Avulso de PLV

Data: 05/05/2022**Autor:** Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal**Descrição/Ementa:** Avulso do PLV 8/2022.

Quadro Comparativo

Data: 05/05/2022**Autor:** Congresso Nacional**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional**Ação Legislativa:** Aguardando leitura no Senado Federal.**Descrição/Ementa:** Comparação entre a legislação alterada, a MPV nº 1079/2021 e o PLV nº 8/2022.

Relatório Legislativo

Data: 12/05/2022**Autor:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM)**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Recebido o Relatório do Senador Plínio Valério, às 7h16.**Descrição/Ementa:** MPV 1.079, de 2022 drawback

DOCUMENTOS

P.S 155/2022 - PLEN

Data: 12/05/2022

Autor: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Extraordinária - Semipresencial realizada em 12/05/2022)
Encaminhado à publicação o PLV 8/2022.
Proferido pelo Senador Plínio Valério o Parecer nº 155/2022-PLEN/SF, concluindo pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória; e, no mérito, por sua aprovação nos termos do PLV nº 8/2022.
Discussão encerrada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovado o PLV nº 8/2022, nos termos do parecer.
Ficam prejudicadas a Medida Provisória e demais emendas a ela apresentadas.
A matéria vai à sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
(Deverá ser observado o prazo para edição de Projeto de Decreto Legislativo - art. 11, § 2º, Resolução nº 1/2002-CN)

Descrição/Ementa: Parecer nº 155/2022-PLEN/SF

MPCN 56/2022

Data: 19/05/2022

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 163, de 19/05/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 56/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 164, de 19/05/22, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial .

Descrição/Ementa: Encaminha à sanção o Projeto de Lei de Conversão nº 8 , de 2022 (Medida Provisória nº 1.079, de 2021).

OFCN 163/2022

Data: 19/05/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 163, de 19/05/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 56/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 164, de 19/05/22, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial .

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem da Presidência do Senado Federal submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8 , de 2022 (Medida Provisória nº 1079, de 2021).

OFCN 164/2022

Data: 19/05/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 163, de 19/05/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 56/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 164, de 19/05/22, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial .

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o encaminhamento à Presidência da República do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2022 (Medida Provisória nº 1079, de 2021).

Autógrafo - PLV 8/2022

Data: 19/05/2022

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 163, de 19/05/22, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 56/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 164, de 19/05/22, ao Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial .

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.

Mensagem

Data: 10/06/2022

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Mensagem da Presidência da República nº 285, de 2022, que restitui os autógrafos do Projeto sancionado.

Documento Não categorizado

Data: 10/06/2022

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Demais documentos de restituição de autógrafo.

OFCN 243/2022

Data: 13/06/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 243, de 13/06/22, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 285, de 2022, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2022, (oriundo da Medida Provisória nº 1.079, de 2021), sancionado e transformado na Lei nº 14.366, de 8 de junho de 2022.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o recebimento do autógrafo sancionado do Projeto de Lei de Conversão nº 8 , de 2022 (Medida Provisória nº 1.079, de 2022).

OFCN 349/2022

Data: 30/08/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 349, de 29/08/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término de prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no §11 do art. 62 da Constituição Federal, em 20 de agosto de 2022, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrente da Medida Provisória nº 1.079 de 2021, cujo prazo integral de vigência expirou em 8 de junho de 2022, com sua conversão na Lei nº 14.366, de 2022, sancionada no dia 9, do mesmo mês e ano.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o término do prazo para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações

Medida Provisória nº 1079, de 2021

DOCUMENTOS

jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1.079, de 2021.

ATCN 11/2022

Data: 04/09/2024

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1079/2021, pelo período de sessenta dias.